

A GEOGRAFIA DA PERCEPÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO: UMA POSSIBILIDADE EM DISCUSSÃO

Tânia Maria de Araújo Ferreira
Centro Universitário de Belo Horizonte
Avenida Mário Werneck, 1685 – Estoril – Belo Horizonte, M.G., Brasil
taniamaf@ig.com.br

Artur Junior Silva Mendes
Centro Universitário de Belo Horizonte
arturjrsmendes@yahoo.com.br

RESUMO

O espaço urbano revela dimensões múltiplas que se abre em variáveis infinitas condicionadas pelos olhares, construídos de história, experiência pessoal e coletiva. Assim, se formata o conhecimento da cidade. O planejamento urbano precisa identificar essa complexa rede de conhecimento, pois negá-la seria insistir em trabalhar com o ilusório, distante da dinâmica da vida urbana. A dificuldade se encontra na forma de estabelecer o diálogo onde o fluxo dos saberes encontre um ambiente adequado. A geografia da percepção se propõe a estabelecer essa aproximação ao buscar a idéia ou a imagem fixada na mente dos homens com relação ao meio, definido assim o comportamento. Para o planejamento urbano essa questão se abre como uma possibilidade de compreender os desejos dos usuários do espaço, para propor ações que sejam apropriadas por estes. Para tal, é apresentada uma reflexão sobre o planejamento urbano, o tradicional e as tendências atuais, e sobre os princípios básicos da geografia da percepção, procurando entender as possíveis confluências e distorções de cada área de conhecimento.

Palavras-chaves: *geografia da percepção, planejamento urbano, espaço urbano*

1. INTRODUÇÃO

A cidade exibe uma falsa concretude representada por seus edifícios, vias e monumentos. Isto é apenas a casca pois a essência, a verdadeira cidade é o homem. Em seu movimento cotidiano o homem estabelece o espaço, sem ter linearidade, o produto não se finaliza nunca, pois o construído de hoje pode ser destruído amanhã. Mesmo impondo regras sobre atos humanos que contribuem para a mudança desse espaço na tentativa de organizar dentro de uma racionalidade de alguns,

homogeneizando o espaço construído, o espaço vivido cria outras possibilidades. Não que haja liberdade e que o desejo do uso do espaço pelo corpo seja preponderante, mas outras imposições e condicionantes se cruzam num complexo arranjo que os que os planejadores não conseguem abarcar. Escapa pelos longos buracos que a realidade construída por poucos apresenta. É sobre esse jogo de intenções na compreensão do espaço urbano que será discutido nesse texto, limitando-se ao universo do planejamento urbano e da geografia da percepção.

2. O PLANEJAMENTO URBANO

Quando o planejamento urbano começou mais efetivamente a se estruturar, no século XIX, o domínio das idéias positivistas era inquestionável. Esse fato refletiu, obviamente, em sua natureza. Acrescenta-se, ainda, o fato que “os poucos” que se responsabilizaram por essa forma de conduta, estava certamente interessada em “sua” realidade. Então, não havia dúvidas quanto aos objetivos: criar espaços de ágil reprodução para o capital. As contradições que o espaço denunciava eram empurrados para mais longe ou para as sobras ou as “dobras”. Dentro dessa perspectiva o espaço trabalhado foi o espaço do concreto, pois era o mais fácil e o mais eficiente para se alcançar os objetivos.

Ao longo do século XX, o planejamento segue sua trajetória enfocando o espaço físico como seu objeto. As conseqüências perversas afetavam, sobretudo os que não possuíam força de pressão e eram, de certa forma, consideradas como “naturais” diante de uma condição de pobreza mais ampla. O discurso do embelezamento e da limpeza da cidade era facilmente aceito, encobrendo com eficácia as intenções segregatórias.

O planejamento nasce completamente inserido nos preceitos da ciência moderna e carrega em si todos os conceitos por ela definido. O propósito de prever o futuro, de controlar o presente para alcançar um cenário rigidamente definido revela a origem moderna. A premissa da fragmentação do conhecimento também é encontrada no

planejamento tradicional ao insistir na separação das “coisas” como homem/ ambiente, teoria/ prática, objeto/ sujeito e, ainda, meio físico/ meio social. Reforça-se, assim, a proposta do planejamento urbano onde a harmonia e o equilíbrio são “desenhados” na planta da cidade, indicando a condição para o desenvolvimento. Organização do espaço físico no sentido de aproximar do belo e do limpo.

Essas idéias são bem exemplificadas na citação de Lefebvre:

O arquiteto que desenha, o urbanista que compõe o plano-massa, vê, do alto e de longe seus ‘objetos’, edifícios e vizinhanças. Eles se movem, criadores e projetistas, em um espaço de papel, de escrituras. Depois esta redução quase total do cotidiano, eles voltam para escala do ‘vivido’. Eles acreditam encontrá-lo, quando ao contrário executam seus planos e projetos em uma abstração ao segundo grau. Eles passam do ‘vivido’ ao abstrato para projetar esta abstração no nível do ‘vivido’. Dupla substituição, dupla negação que estabelece uma afirmação ilusória: o retorno à vida real. (Lefebvre citado por Ferreira 1999, 52-53)

O objeto, o espaço urbano, torna-se uma figura fora do contexto, composto por uma particularidade que não representa o verdadeiro objeto, reforçando “a distinção dicotômica sujeito/ objeto” (Santos 2002, 50), pois a distância não é vencida. O método adotado pela ciência abre esta lacuna quando a necessidade de objetividade e do rigor impede o reconhecimento do objeto e do sujeito impregnados de valores humanos.

Há de se reconhecer que a racionalidade objetiva, que ciência prega, não permite o envolvimento dos sentimentos humanos. O espaço do planejamento tradicional é destituído de homens. O único homem presente é o planejador que mais que um simples homem, é algo ou alguém que sabe qual é o melhor caminho para todos os homens. O argumento do “melhor”, presente no discurso do planejamento, quando se propõe a promover “melhorias” ou “melhorar a qualidade de vida”, não é precedido de uma reflexão que questione a sua validade: o que é o melhor ou para quem é melhor? Mais uma qualidade da ciência moderna é mostrada: a existência da verdade única.

No planejamento tradicional, essa verdade é respaldada pela técnica, resultado de estudos e experiências comprovados, normalmente impregnado de dados numéricos, estatísticas, etc. O planejador, assim armado, se vê apto à resolver “todos” problemas apresentados por um “diagnóstico”. Sobre essa terminologia médica vale alertar que “pressupõe-se que a ‘realidade’ esteja ‘doente’, desequilibrada” (Hissa 2002, 231). Assim como na medicina, a “doença” é tratada com algum procedimento já preestabelecido, testado e utilizado em “doenças” iguais. Não se considera que cada sintoma, mesmo que genérico, esteja inserido em uma realidade particular. São despregadas do todo e devem ser “eliminadas” para tornar saudável esse lugar (Hissa 2002). São ações pontuais que provocam mudanças restritas, aproveitadas por “estrangeiros”. O planejamento não usa de seu poder de transformação da realidade.

Todas essas características do planejamento convencional demarcam uma posição de não envolvimento dos profissionais. Essa distância, de certa forma, é uma demonstração de poder. Além disso, como dita o pensamento moderno, mostra-se, também, a imparcialidade (Hissa, 2002). Em muitos casos, não há ou não houve uma intenção explícita, pelo menos não por parte do técnico, mas não os isentam da responsabilidade.

Apesar de não ser possível afirmar que o planejamento tradicional, sobretudo urbano, tenha sido superado, já se encontra alguma mudança no sentido de uma perspectiva mais democrática. Aparentemente, isto ocorre como consequência da crise da modernidade. Essa crise se instalou de forma geral na ciência, mas se estende, de modo sutil, para a o cotidiano das pessoas. Esses momentos de crise são, geralmente, acompanhados de mudanças, por vezes, profunda. O que se propõe é algo que nos tire da inércia e proporcione a rica experiência de viver as possibilidades, valorizando a flexibilidade e a criatividade, acompanhada de muita sensibilidade.

Essa outra fase, que alguns chamam de pós-modernidade, está em formação. Por isso muitos não concordam nem com sua existência muito menos com esse nome. Todavia são perceptíveis em muitos aspectos mudanças significativas. No mínimo,

questionamentos têm surgido acompanhados de reações. Santos (2002) chama de paradigma emergente a possível resposta à crise da ciência moderna e apresenta “um conjunto de teses” (Santos, 2002, 37), onde defende idéias para superação dos pontos mais críticos do próprio pensamento moderno. A solução da crise está dentro dela mesma. Neste sentido, mostra que o caminho da transformação já estava traçado dentro do “paradigma dominante”, mas não visto devido às lentes viciadas e “embaçadas” pela racionalidade moderna. A proximidade de opostos imaginários, como o sujeito e o objeto, o homem e o ambiente, fica muito clara, pois como Santos (2002, 52) destaca “o objeto é a continuação do sujeito por outros meios”. “O conhecimento não dualista” atinge os fundamentos da ciência moderna, mostrando uma flexibilização e uma abertura às possibilidades que seria inconcebível nos preceitos anteriores. Essa visão holística do mundo, entre outras questões, entende a diferença e o conflito como algo a ser reconhecido e trabalhado e, assim, ver o outro com respeito. Nada está totalmente fora de mim, por isso “acolher” talvez seja a forma mais adequada, em oposição ao “suprimir”. Acolher a crise, acolher os outros saberes e outras crenças e buscar transformar, crescer.

No planejamento urbano esse “paradigma emergente” entra por várias portas, mas se destaca a proposta de superar a dicotomia teoria e prática, saber técnico e senso comum, planejador e os homens envolvidos. Como lembra Hissa (2002, 233) “os planos deveriam ser feitos *com* e não *para* os indivíduos e a sociedade”, estimulando todos a apropriar do espaço, seus problemas e as várias possíveis soluções.

Não há cidades ideais, não há produto acabado. Assim como a vida cotidiana, o espaço urbano está em constante transformação e cada momento novas demandas podem se apresentar. “Planejar, portanto, é um processo que passa a ser concebido a partir de atitudes muitas vezes superpostas no tempo: conhecer e agir” (Hissa 2002, 247). Mas, conhecer como? Como obter esse conhecimento? Os portadores das informações sobre cada questão a ser trabalhada seriam aqueles envolvidos, próximos a ela. Eles seriam o elo entre a “realidade e a ‘intervenção na realidade’” (Hissa 2002, 232), entre o planejador e a realidade. Planejar no “paradigma emergente” implica a

participação de todos, a democratização das informações e das decisões. Seria necessário criar mecanismos que não impeça o indivíduo de assumir a dimensão de sua importância dentro reprodução da vida na cidade.

2. A GEOGRAFIA DA PERCEPÇÃO

Pode-se dizer que esse seja o momento de entrada em cena da geografia da percepção, pois é na aproximação do indivíduo e no entendimento que o objeto do planejamento urbano é o homem e não o meio físico que se identifica o primeiro ponto de encontro dessas duas áreas de conhecimento. Antes de discutir as relações da geografia da percepção com o planejamento, será feito um breve comentário sobre as bases e suas origens.

Nascida num contexto de reação à invasão do positivismo, com a geografia quantitativa, a corrente humanista, na qual se destaca a geografia da percepção, tinha o propósito de seguir “um enfoque globalizador e subjetivo” (Capel 1988, 442). O homem torna-se o universo de investigação e sua “experiência do mundo” é fundamento de todas análises, revelando, assim, uma perspectiva da fenomenologia (Mendoza, Jiménez e Cantero 1988, 127). Sobre a geógrafos que seguiram essa linha Capel destaca:

Mostraron también que el espacio está lleno de significados y de valoraciones, las cuales permiten organizar la visión de un paisaje o tomar decisiones sobre la actividad a desarrollar, y que son estas valoraciones las que dan lugar a la aparición de un sentimiento de pertenencia o de rechazo respecto a um lugar. (Capel 1988, 443)

As modificações do espaço promovidas pelo indivíduo apresentam uma intenção, que, por sua vez, é formatada pela história de vida de quem usa esse lugar, resultando no *espaço vivido*, como Capel (1988) denomina. As lembranças abrigam momentos associados a ambientes que transcendem aos objetos físicos e concretos, mas que também fazem parte. Usando os sentidos a mente reconstrói imagens fazendo as deformações necessárias para se encaixar na experiência pessoal. O aconchego, a

rejeição, o receio ou o amor, momentos extremamente particulares podem ser exteriorizados no diálogo com o espaço, inclusive ao expressar suas expectativas quanto àquele espaço. Nega totalmente as “simplificações e abstrações” dos modelos criados pela linha teórica-quantitativa da geografia, buscando a compreensão do todo a partir da percepção de cada um. Para isso, é necessário aproximar do indivíduo e do lugar a ser estudado de forma muito íntima, demarcando a oposição ao distanciamento adotado pelas práticas positivistas da ciência moderna.

La realidad sólo puede conocerse desde dentro, con un conocimiento empático. Se insiste en que el investigador no puede estar distante y pretender ser objetivo, sino que tiene que meterse dentro y considerarse dentro, comprometido con lo que estudia. (...) Llegar a ser parte de sus vidas y establecer una auténtica relación con ellos, no meramente como investigador, sino como un individuo humano que está sujeto a las mismas intemperancias, frustraciones, debilidades, alegrías e pesares“. (Capel 1988,445)

A cidade aparece como objeto de estudo muito adequado à geografia da percepção, pois, ao contrário da escala regional, possui lugares vividos por pequenos grupo, com uma leitura mais fácil de sua rede de símbolos. As chamadas “imagens mentais” eram consideradas o caminho para “captar” as informações experimentadas dos lugares, por estavam construídas impregnadas de referências simbólicas. Complexos métodos foram desenvolvidos para elaboração e interpretação desses esquemas, avançando sobre o território da psicologia experimental (Mendoza, Jiménez e Cantero 1988). Outros teóricos, como David Harvey, no entanto, optaram pela metodologia da semiologia, argumentando ser este o aparato teórico “mais adequado para realizar de forma coerente e equilibrada este tipo de estudos geográficos” (Mendoza, Jiménez e Cantero 1988, 131). Há ainda os estudiosos que propõe a utilização da linha sistêmica, entendendo que é possível trabalhar assim com dados subjetivos. Todavia, nesses casos desvia-se um pouco da essência humanística mais genuína.

Verifica-se que há ainda muitas dúvidas a respeito das bases conceituais e metodológicas da geografia da percepção. Outras tensões são encontradas nas discussões sobre essa linha de estudos e têm relações diretas com sua aplicabilidade,

que é o enfoque desse trabalho. Capel (1988) aponta como polêmicas os seguintes pontos:

“acusaciones de disciplinada ingenuidad o de empirismo ingenuo; de estar preocupados sólo por lo único y esotérico, siendo imposible a partir de ahí realizar generalizaciones; dificultad de incorporar seriamente la sociedad externa al individuo y de dar cuenta de la realidad objetiva del mundo, al no poder superar el nivel de apariencia y de la acción individual; imposibilidad de interpretar a partir de este enfoque la sociedad capitalista avanzada“. (Capel 1988, 446)

Essas questões parecem pertinentes apesar de insinuarem uma certa rigidez à medida que a idéia de segurança do pensamento moderno prevalece. Há, entretanto, alguns recortes que podem ser definidos, talvez tornando seus objetivos menos pretensiosos, mas possíveis de aplicação.

3. PENSANDO A GEOGRAFIA DA PERCEPÇÃO COMO INSTRUMENTO DO PLANEJAMENTO

Assim como a geografia da percepção assume uma posição contrária à geografia quantitativa, o planejamento apresenta também dentro de si correntes distintas que apresentam uma distância parecida. Essa divisão, que aqui denominaremos planejamento tradicional e planejamento emergente, com a licença de Santos (2002), ainda não está tão bem definida como o caso da geografia, inclusive, por uma questão temporal.

As semelhanças se iniciam no perfil da abordagem que se pretende superar, ou seja, o positivismo lógico da ciência moderna, presente tanto na geografia quantitativa como no planejamento tradicional. A racionalidade objetiva, a fragmentação do conhecimento e as dicotomias que se traduzem, principalmente no distanciamento do objeto.

A importância do homem dentro das propostas também parece se repetir. Mostram uma urgência de deslocar para o centro da questão, seja representado pelo indivíduo seja pela sociedade. Afinal a ciência apenas tem sentido se direcionada para o homem,

mesmo que seja para corrigir suas ações ou alertar sobre seu próprio caminho, pois não existe ciência sem o homem.

A tendência de uma visão holística do mundo pode ainda ser apontado como inserido nas duas linhas. É possível verificar pelo propósito de entender que não se deve fragmentar o espaço para explicá-lo e que ocorre um entrelaçamento complexo que não permite uma atuação em partes sem que haja repercussão em outras. O contexto, incluindo o presente e o passado, tem que ser considerado para se compreender o espaço do homem.

Seguindo esse raciocínio, acrescenta-se à lista das semelhanças a valorização da vida cotidiana. O encontro do homem tem que ser no dia-a-dia, pois é aí que ele se mostra com mais autenticidade. Aqui começa a surgir algumas diferenças, pois a intimidade que a geografia da percepção se propõe tenta a mesclar ou confundir o pesquisador com o grupo a ser estudado. Já o planejamento emergente tende a respeitar a diferença pois acredita-se que não há negar que o planejador tem uma visão diversa. Defende, no entanto, que ocorra o diálogo efetivo, onde as partes se coloquem sem dominação, sem sobreposição, expondo seus saberes e se abrindo ao saber do outro. Pois, entende-se que só assim haverá fluxo de conhecimento e, conseqüentemente, transformação e crescimento de todos os lados.

Neste sentido, vale destacar que a geografia da percepção insinua uma via de mão única para o conhecimento, como se, mesmo que intimamente e com empatia, o pesquisador não tivesse a intenção de “retirar” a informação do grupo ou pessoa e depois retornasse ao “gabinete” para escrever “sobre” isso ou propor ações “para” eles. O planejamento, por sua vez, deve acontecer “com” eles (Hissa 2002).

Há outra questão com relação ao pesquisador que se mostra sutilmente diferenciada. Consiste na idéia de que, assim como o indivíduo a ser estudado usa e interfere no espaço de acordo com sua história, experiências pessoais e coletivas, vivências, o pesquisador também tem o seu olhar é constituído por seus espelhos interiores (Hissa

2002). Dessa forma, a influência do pesquisa na escolha das estratégias de aproximação e na análise das informações é provável.

Por fim é fundamental alertar que a geografia da percepção revela em seu discurso que considera o espaço fora do homem, fato que o distancia um do paradigma emergente, que entende que o espaço é o homem.

Apontada as semelhanças e diferenças é possível afirmar para ocorrer um encontro mais proveitoso entre o planejamento e a geografia da percepção são necessários alguns ajustes que atendam não só as questões acima colocadas mas aos pontos levantados por Capel ao final na seção anterior. Não é tarefa fácil, mas acredito que possa ser iniciada consciente dos limites de cada prática, sem a pretensão de ter como única opção, mas como uma possibilidade. Afinal, abrindo às possibilidades o conhecimento possa chegar a compreender que a realidade também não é única e, assim, seremos mais eficazes nos intentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

CAPEL, Horacio. 1988. *Filosofia y ciencia em la Geografia contemporánea: una introducción a la Geografía*. Barcelona: Barcanova.

FERREIRA, Tania M. A.. 1999. *Planejamento urbano: reflexões sobre as práticas no município de Belo Horizonte*,. (dissertação de mestrado). Belo Horizonte, UFMG.

HISSA, Cássio E. V. 2002. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

MENDOZA, Josefina Gomes, JIMÉNEZ, Julio Muñoz y CANTERO, Nicolás. 1988. *El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales)*. Madrid: Alianza Editorial.

SANTOS, Boaventura de Sousa. 2002. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento.